



**7º Encontro Internacional de Política Social**  
**14º Encontro Nacional de Política Social**  
**Contrarreformas ou Revolução:**  
**respostas ao capitalismo em crise**  
**Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019**

---

**Eixo 8: Classe social, raça/etnia e sexo**

**Os obstáculos da Economia Solidária e Feminista para mulheres sem-teto**

**Resumo**

As análises abaixo surgiram da observação participante junto a famílias sem-teto no município de Campinas. Essas observações foram obtidas ao longo das ações socioeducativas desenvolvidas por um projeto de extensão universitária, acerca dos dilemas da cidadania feminina para mulheres sem-teto. Levando em consideração a busca dessas mulheres de se organizarem de modo autogestionário como artesãs, o escrito abaixo analisa alguns obstáculos estruturais e superestruturais para a implementação da Economia Solidária e Feminista no contexto da acumulação flexível do capital.

**Palavras-chave:** Mulheres, trabalho, economia solidária e feminista

**Feminist and Solidarity Economy Barriers for Women of the Homeless Social Movement**

**Abstract**

The following analysis is part of the observations performed at a homeless social movement camp in the municipality of Campinas. They are an outcome of PUC University initiative targeting the external community, regarding women's citizenship dilemmas. Considering the self-managing way to which these craftswomen organize their activities, the subsequent text analyzes some of the structural and super structural setbacks preventing feminist and solidarity economy from working at that site, bearing the flexible accumulation concept in mind.

**Keywords:** Woman, work, feminist and solidarity economy.

**Introdução**

As análises aqui apresentadas surgiram a partir da observação dos obstáculos encontrados por mulheres sem teto para gerarem renda através de seu trabalho associativo. Essas observações foram obtidas ao longo do desenvolvimento de um projeto de extensão da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas. O projeto desenvolveu ações socioeducativas sobre o tema dos direitos sociais das mulheres e seu

protagonismo no acesso às políticas públicas para a redução da pobreza e desigualdade no Brasil contemporâneo<sup>1</sup>.

O objetivo mais geral que orientou o desenvolvimento do projeto foi o de contribuir para que o público-alvo pudesse problematizar sua realidade social, individual e familiar, desenvolvendo uma postura vigilante em relação aos seus direitos sociais enquanto mulheres e cidadãs.

Observou-se que o que falta às mulheres periféricas não é, na maioria dos casos, ter conhecimento de seus direitos, mas estar inserida em rede de apoio que lhe permita perseverar em seu próprio ser e disputar contra as forças sociais hegemônicas a efetivação de seus direitos. Foi com essas disposições gerais que o projeto buscou desenvolver uma série de ações com a intenção de criar espaços coletivos de socialização de experiências, os quais se constituem, na vida das mulheres, em uma força contra-hegemônica ao seu insulamento na unidade doméstica.

Em resposta à demanda da própria comunidade, foi elaborado um Plano de Trabalho com o objetivo de contribuir com a organização de um grupo de mulheres voltado para a geração de renda. Isso deu oportunidade para essas mulheres que estavam em condição de desemprego ou inatividade descobrirem e desenvolverem suas próprias potencialidades, gerando nelas a aspiração de conquistar um lugar de maior autonomia no âmbito familiar, comunitário e social.

Desde 2016, através de ações socioeducativas do projeto, que mobilizou a atenção das mulheres para as hierarquias entre os gêneros masculino e feminino, um grupo de mulheres começou a se organizar e se identificar como “Espaço das Joanas”. Em 2017, dando sequência a essa proposta, um grupo de cerca de 10 mulheres que orbitavam em torno do Espaço das Joanas iniciou uma aproximação com o campo da Economia Solidária. Ao longo deste processo inúmeros desafios foram encontrados para que a concretização da proposta alcançasse esse público-alvo. Nesse artigo buscaremos desenvolver uma reflexão acerca desses desafios.

---

<sup>1</sup> As atividades do projeto foram propostas a partir da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, dando oportunidade para que elas se reconheçam como sujeitos ativos, tendo em vista um diagnóstico de que as mulheres do projeto vinham encontrando dificuldade em se reconhecer como agente produtivo na sociedade organizada pelo trabalho formal assalariado. A metodologia freiriana foi adaptada para atender as demandas do público-alvo, através dos Círculos de Trabalho, que consistiam em práticas coletivas de trabalho manual vinculadas a problemática dos direitos das mulheres. Ou seja, ao mesmo tempo em que uma técnica de artesanato era desenvolvida, buscava-se criar condições para que o público-alvo expressasse sua própria visão sobre os temas levantados pela coordenação referentes a questão da cidadania feminina.

### **O conceito moderno de trabalho e sua divisão sexual.**

Se retomarmos o conceito de trabalho antes de sua acepção moderna veremos que na própria etimologia da palavra há um sentido de trabalho como sofrimento. Dois mitos de origem ocidentais são bem expressivos para fazermos um exame desse sentido negativo do trabalho levando em consideração também suas representações de gênero. No mito de Pandora, os homens, entendidos como expressão universal da humanidade, são punidos pelos deuses com a invenção do trabalho e das mulheres. Também no imaginário judaico-cristão, a história bíblica de Adão e Eva reconta a origem da humanidade novamente colocando o feminino como pecado e o trabalho como penitência.

Todavia, desde as revoluções que inauguram a modernidade, novos significados surgem para o conceito de trabalho. A economia política clássica enobrece o trabalho com a ideia de que é a origem da produção material da vida humana. Marx, retomando dialeticamente esse conceito moderno de trabalho, fundamenta o trabalho como uma categoria que tem dupla dimensão: o trabalho como mediação entre homem e natureza e como mediação dos homens entre si.

O trabalho assalariado emerge sob uma forma inédita: como atividade social que podemos objetivar, isto é, uma série de operações baseada em um tempo mensurável necessário para realizá-las. Essa passa ser a questão central: a apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista. A noção de trabalho moderna é a história dessas separações entre trabalho (uma sequência de operações abstratas e mensuráveis) e a força de trabalho usada na objetificação do trabalho (como energias físicas e espirituais).

O trabalho se configura como um meio de sobrevivência dentro dessas estruturas, isto é, é através dele que os indivíduos conseguem suprir suas necessidades materiais básicas. Porém, o trabalho não se restringe somente a questões relacionadas ao dinheiro, passa a ser também um meio para se atingir ou construir a sua própria identidade e realização pessoal.

Deste modo, o ato de exercer um trabalho remunerado se converte na principal forma de socialização e reconhecimento social. Não ocupar um lugar na sociedade do trabalho assalariado, por sua vez, implica um complexo processo de marginalização ou inclusão precária.

De acordo com Hirata & Kergoat (2007), nesse esquema as relações entre homem e natureza tenderam a ser naturalizadas, bem como foram invisibilizadas as relações de sexo no trabalho. Ou seja, o que existem não são homens, como ser humano universal, mas homens e mulheres estabelecendo trocas específicas com as naturezas, o tempo e o espaço.

Essa sociedade que inventou o conceito de trabalho, explorando a força de trabalho dos expropriados da propriedade e dos meios de produção, os quais Marx ironicamente chamou de trabalhadores “livres como os pássaros”, só foi viável (se é que é viável) até o momento porque baseou-se no trabalho reprodutivo invisível de mulheres e crianças. Foram esses trabalhos de cuidar que mantiveram biológica e socialmente a vida viável em tempo de exploração acelerada do trabalho.

Assim, há algum tipo de “mais-valor” explorado das mulheres que nunca foi contabilizado. O problema não é não ter valor econômico (porque talvez seja essa a diferença entre uma mercadoria e uma vida) o problema é não ter valor numa sociedade em que só tem valor social aquilo que tem valor econômico. Ou seja, se não somos capazes de pensar qual o valor do trabalho das mulheres não somos capazes de enxergar o seu valor social.

Nesse sentido, é fundamental que os resultados de inúmeras pesquisas e intervenções feministas sobre a divisão sexual do trabalho doméstico sejam difundidos entre nós. O cenário de crise de emprego vem aumentando a desigualdade no uso do tempo entre homens e mulheres. Segundo dados do IBGE, com o desemprego que começou a crescer no segundo decênio desse século, a jornada de trabalho semanal fora de casa dos homens diminuiu de 45 para 42 horas. Ao mesmo tempo a jornada fora de casa das mulheres aumentou de 30 para 35 horas. Por sua vez, o tempo de trabalho dentro de casa (que estamos aqui chamando dos trabalhos reprodutivos) das mulheres é de aproximadamente 21 horas semanais, mais que o dobro do tempo de trabalho reprodutivo dos homens.

Essa divisão desigual do tempo de trabalho reprodutivo entre homens e mulheres atravessa as diferentes classes sociais, com a diferença é claro, que as famílias de maior renda podem pagar para outras mulheres realizarem o trabalho que nas famílias pobres é feito pelas próprias mulheres e crianças do círculo familiar. No Brasil, segundo dados do PNAD, em 2010 haviam 7 milhões de empregadas domésticas (sendo que 70% delas são negras ou pardas). Um número muito grande justamente por que as

trabalhadoras da classe média e as mulheres das classes altas contam necessariamente com o trabalho de outras mulheres para dar conta da jornada produtiva e reprodutiva.

Assim, observamos que as mulheres desempregadas-inativas-precarizadas, além de estarem fora dessa trama de relações sociais do trabalho produtivo fora do lar como um homem desempregado, ainda precisam arcar com o não-reconhecimento social e econômico do trabalho reprodutivo realizado nas relações domésticas, que na história do sistema capitalista-patriarcal-racista foi invisibilizado e afirmado como prática social imanente ao gênero feminino.

Neste sentido, a visão social das mulheres que estão, ao mesmo tempo, dentro dessa vida cotidiana “dessocializada” e à margem deste sistema de valores inerente ao trabalho assalariado formal, tem uma função metodológica da liminaridade que exacerba sua capacidade de imaginar e interpretar as rupturas sociais e simbólicas da dessocialização, bem como as estratégias de ressocialização.

Ou seja, neste sentido, nossas observações sobre as percepções e experiência das mulheres sem-teto com as quais mantivemos espaços de trocas através da extensão universitária, são o retrato da “exceção permanente” na qual vem se tornando o capitalismo para os pobres. Trata-se de um retrato dos rumos do trabalho na periferia da periferia do mundo a partir da experiência de mulheres para quem o trabalho formal com direitos nunca foi uma possibilidade aberta.

### **O capitalismo flexível e a invenção da pressa**

No Círculo de Cultura “Os sentidos do tempo e do trabalho” desenvolvemos uma roda de conversa com as mulheres do grupo “Espaço das Joanas” sobre o significado de alguns termos utilizados na linguagem cotidiana para se referir as atividades laborativas. Ao socializarem suas interpretações sobre o que é emprego, ocupação e trabalho o grupo construiu uma reflexão sobre a mudança de estatuto jurídica e social do trabalho, bem como sobre a desvalorização do papel social das mulheres, que nega o status de trabalho às atividades domésticas. Assim, a invisibilidade que as mulheres sempre experimentaram no atributo de suas ocupações domésticas se anuncia como a forma hegemônica do trabalho no capitalismo flexível.

Com as crises econômico-político-sociais iniciadas na década de 1970, primeiro no núcleo das economias centrais e, mais tarde, disseminadas para as economias da América Latina, as corporações viram-se com capacidade excedente inutilizável,

movendo-as para um processo de racionalização, reestruturação produtiva e intensificação do controle do trabalho. De acordo com Harvey (1989), “a mudança tecnológica, a dispersão geográfica para novas zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e as medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas” (1989, p. 140).

A despeito do papel importante de todas as iniciativas de incorporação tecnológica e transformação produtiva, a reestruturação (desestruturação) do mercado de trabalho foi a principal resposta dada pelo capital diante deste cenário de crise de fins do século XX, na medida em que os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (Harvey, 1989).

Neste sentido, a terceirização foi o principal instrumento do processo de subcontratação organizada para reposição das taxas de lucro. Trata-se, de acordo com Marcelino (2008), de “todo o processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho” (2008, p. 41).

Desde a reestruturação produtiva do capital de fins do século XX, as relações de trabalho no Brasil se constituíram como uma complexa trama de precarização, formada por contratos de trabalho terceirizado, por trabalho informal e autônomo, além de uma massa crescente de trabalhadores desempregados (Tavares, 2004).

Sennet (2001) chama a atenção para o fato de que a ênfase na flexibilidade mudou o próprio significado do trabalho. O trabalho foi substituído pelo “job”, pela “ocupação”. Se no capitalismo industrial taylorista-fordista experimentado na forma mais acabada nas sociedades que ocuparam o centro da acumulação de capital, aqui no capitalismo periférico, a flexibilização substituiu a ideia de carreira pela “viração”. Se virar para obter renda através do trabalho informal, desregulamento, cujo rendimento depende em última instância da realização da mais-valia.

Oliveira (2013), em ensaio sobre os dilemas do subdesenvolvimento na era da flexibilidade, explica essa inversão na determinação do capital variável:

“Ora, a tendência moderna do capital é a de suprimir o adiantamento de capital: o pagamento dos trabalhadores não será um adiantamento de capital: o pagamento dos trabalhadores não será um adiantamento do capital, mas

dependerá dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias. Nas formas da terceirização, do trabalho precário, e, entre nós, do que continua a se chamar “trabalho informal”, está uma mudança radical na determinação do capital variável. Assim, por estranho que pareça, os rendimentos dos trabalhadores agora dependem da realização do valor das mercadorias, o que não ocorria antes; nos setores ainda dominados pela forma-salário, isso continua a valer, tanto assim que a reação dos capitalistas é desempregar força de trabalho. Mas o setor informal apenas anuncia o futuro do setor formal.” (p. 136)

Aliada a essa mudança na própria determinação do valor-salário, a então chamada acumulação flexível acarretou uma aceleração da produção, que foi alcançada, em partes, por meio dos processos de subcontratação e de implantação do sistema de entrega *just in time*. Para entender a relação de sexo no trabalho no bojo da acumulação flexível é preciso pensar a temporalidade social também a partir de um recorte de gênero.

Guisard (2016) propõe que a temporalidade moderna inventou a pressa como valor social. Por meio de uma analogia com a mitologia grega antiga, o autor retoma as figuras mitológicas de Hermes e Hestia. Hermes, a encarnação do infinito, da aventura, da velocidade. Hestia, o finito, a interioridade, a permanência, a contemplação. Segundo Guisard (2016), no imaginário grego arcaico viviam os antagonismos do trágico, impensável nesta unilateralidade otimista do progresso, na qual a pressa constante está voltada a uma produção sem fim. Para Guisard (2016), somos Hermes sem Hestia, ou seja, sem a interioridade, sem espaço, sem narrativa que garantiria a transmissão da experiência, que já não há.

O tempo do progresso é o tempo de Hermes, tempo linear que difunde a velocidade como um valor masculino. Tempo acelerado em que não há espaço para a vida interior, para a gestação de vida. Assim, estamos todos, nesse tempo do progresso, postos como coisa sem vida, ou como “vidas supérfluas” (parafrazeando aqui um conceito de Nietzsche).

Neste sentido, me parece que temos que repensar a afirmação que se difundiu na sociologia do trabalho, e que fazemos muitas vezes sem refletir, de que ocorreu uma feminilização do mundo do trabalho. Levando em consideração que a temporalidade também não escapa às estruturas e representações de gênero que perpetuam a desigualdade entre os sexos, a entrada das mulheres do mercado de trabalho formal não significou à sua feminilização. Do ponto de vista de uma temporalidade sexuada, o que assistimos foi a subsunção de todos e todas ao tempo de

Hermes. Ao aderirmos ao valor da pressa como a principal norma social, entramos no campo semântico masculino que exerce sua dominação pela instrumentalização de virilidade violenta.

Assim, caberá às mulheres, ao enfrentar o seu (des) valor na separação das esferas do trabalho doméstico e profissional restituir vida às nossas “vidas supérfluas”, por meio da luta por uma temporalidade menos destrutiva, pelo direito à vida, por um tempo e espaço social em que a potência de existir plenamente seja a nossa finalidade existencial.

Dito de outro modo, com a modernidade vimos que a mercantilização do trabalho feminino não poderá nos livrar sem muita luta social, nem das opressões de gênero, nem poderá nos tirar da marcha desse progresso linear que está diante de um limite inexorável de expropriação dos recursos temporais.

Nossos rostos cansados não nos deixam mentir para nós mesmos. Estamos diante de uma crise profunda porque exploramos até o limite do insuportável o tempo. O mais terrível de tudo é que o pós-modernismo do século XXI é tão pobre de perspectiva extemporânea que continua se a vender a ilusão de que é nobre trabalhar até a morte.

### **Os impasses e perspectivas da economia solidária e feminista**

Ao longo da história da sociedade moderna, as contradições estruturais do capitalismo se manifestaram pela reprodução de inúmeras formas de desigualdade social. Uma das respostas historicamente constituída no bojo dessas mudanças nas relações de trabalho e no acirramento da desigualdade social foi a Economia Solidária. Ela surge como uma nova forma de organização produtiva para além daquele modelo econômico de mercado competitivo e individualista. Trata-se de um movimento impulsionado pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras em resposta a essa crescente precarização da vida.

O estudo <sup>2</sup> consultado para essa revisão sobre o campo da Economia Solidária considera a iniciativa da cooperativa têxtil de Robert Owen um marco na

---

<sup>2</sup> SOUZA, Jean Adriani de. *O Trabalho Associativo em Karl Marx: Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição*. 2008. 101f. Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106619/269459.pdf?sequence=1>>.

edificação dos princípios do cooperativismo. Diante da piora das condições de vida e trabalho durante a primeira fase da industrialização na Europa - extensas jornadas de trabalho, lugares insalubres, inserção precoce no mercado - Owen propôs leis de caráter mais tutelar para “preservar” seus trabalhadores. Essa atitude proporcionou a ele um lucro maior, pois o rendimento dos trabalhadores era mais elevado pelo bem-estar que lhes era proporcionado (SOUZA, 2008)

Sob influência desse experimento prático de cooperativismo na indústria têxtil britânica, George Mudie cria a primeira cooperativa owenista, juntamente com um grupo de jornalistas e gráficos em Londres. Com o passar dos anos mais cooperativas foram surgindo e em meados de 1830 já se contavam com 300 cooperativas registradas.

Para além dessas primeiras iniciativas no industrialismo europeu, Singer (2002) chama a atenção para as singularidades do Brasil, em cuja realidade social a Economia Solidária se adensa com a redemocratização do país após 20 anos de ditadura militar. Para o autor a competição e desigualdade não devem ser entendidas como algo natural, mas como uma forma de organização econômica historicamente determinada. Deste modo o principal desafio para a superação desses moldes competitivos do capitalismo, seria a construção de uma base econômica solidária. Para Singer (2002): *“A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor”* (p. 114)

A organização econômica solidária se estrutura no princípio da igualdade, ou seja, repartir igualmente as obrigações, os direitos, o lucro, as dívidas, as decisões e acima de tudo, abolir a figura do patrão. Guérin (2005) faz uma análise elencando três elementos importantes para o funcionamento da economia solidária:

Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a diminuição desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modo de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias; ora, essa redefinição e

essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens, conciliem melhor vida familiar e vida profissional. (Guérin, 2005, p. 17 e 18).

Desse modo a economia solidária ultrapassa o pretexto da geração de renda e amplia para a construção de uma sociedade pautada em uma menor desigualdade social, além de fomentar uma conscientização para iniciativas mais democráticas visando o bem comum. Na economia social e solidária entende-se que a iniciativa deve partir dos próprios participantes, em querer aderir aos princípios que permeiam essa forma mais igualitária de geração de renda.

A economia solidária visa proporcionar uma autonomia na vida de quem a adere, na medida em que os indivíduos não se submeteriam à exploração tipicamente capitalista. Assim, apesar de não assegurar de imediato a transformação das estruturas sociais, como a lógica do grande mercado:

É a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros. (SINGER, 2002, p. 116)

Uma das principais contribuições dos princípios norteadores da Economia Solidária é a autogestão, isto é, um processo decisório realizado de forma coletiva e participativa. Não é uma economia voltada somente para a parte capital, mas também para as pessoas que fazem parte dela, pensando numa satisfação e bem-estar de todos e isso engloba princípios não discriminatórios, valorizando a diversidade cultural e os saberes populares, bem como de uma preservação e manutenção de um equilíbrio dos ecossistemas.

Além do processo de produção, a Economia Solidária também engloba os processos de vendas e consumo, que Mance (2000) denomina por *consumo solidário*.

Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de promover o bem-viver da coletividade (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais etc.) é o que dominamos aqui como *consumo solidário*. (MANCE, 2000, p. 30)

A partir dos princípios da economia solidária, surge dentro do próprio feminismo do limiar do século outras iniciativas teóricas e práticas no campo da economia feminista que aspiravam o desmantelamento da divisão sexual do trabalho. A

economia feminista se opõe à chamada economia dominante que parte do princípio de que o motor da economia é o indivíduo: “As feministas afirmam que esse indivíduo, o chamado *homo economicus*, que a economia dominante observa, não é uma pessoa qualquer, mas um homem branco.” (NOBRE, 2002, p. 10). Assim, do ponto de vista teórico, a economia feminista considera o trabalho de forma mais ampla, incluindo o mercado informal, o trabalho doméstico, integrando a reprodução como fundamental à nossa existência, incorporando saúde, educação e outros aspectos relacionados como temas legítimos da economia.

Apesar da economia solidária e feminista apresentar uma resposta às desigualdades sociais criadas pelo capitalismo através da formação de novos circuitos de produção e consumo em redes solidárias, sua capacidade de transformação das estruturas da economia capitalista não foram ainda demonstradas historicamente.

Seria a expansão da economia solidária e feminista parte do processo de flexibilização que pretende a ocultação das contradições capital – trabalho? A resposta refere-se, portanto, muito mais às formas atuais de trabalho associado no contexto da flexibilização, do que propriamente aos seus princípios teóricos.

“É nesse sentido que, para Leite e Georges (2012), as experiências da Economia Solidária no Brasil começariam a aparecer, também, como “política empresarial de precarização do trabalho”. Segundo as pesquisadoras Maria Augusta Tavares e Maria Aparecida Alves (2006), nessas formas atuais de trabalho associado ou cooperado se operaria uma “mágica de fazer desaparecer a relação empregado-empregador”. Isto, segundo as autoras, eliminaria qualquer tipo de reivindicação trabalhista, além dos “desagradáveis constrangimentos que denunciam a luta de classes”.” (Grecco, 2015, p. 42)

No que tange às formas atuais do trabalho associativo, a pesquisa desenvolvida por Grecco (2015) junto à mulheres trabalhadoras em cooperativas de reciclagem levou a pesquisadora a afirmar que as teses da economia solidária mistificam as relações de exploração de mulheres trabalhadoras:

“No cotidiano do trabalho nesses lugares, o que se verifica, portanto, é que a organização dessas associações ou cooperativas, em geral, se compara à de uma empresa capitalista tradicional. Nelas estão presentes, não apenas a divisão de tarefas, a hierarquia de remunerações e uma rígida jornada de trabalho, mas também, a rotinização de gestos e movimentos, a adequação psicofísica das trabalhadoras e dos trabalhadores, além de uma seleção de um perfil de trabalhadoras e trabalhadores e, até mesmo, investimentos em qualificação técnica.” (Grecco, 2015, p. 43)

Nesse sentido, a análise de Grecco (2015) sobre as rotinas de trabalho na cooperativa de reciclagem evidencia que o capitalismo flexível exerce uma força

centrífuga que desloca todas as formas alternativas de produção-reprodução social para o centro, funcionalizando-as para a própria acumulação de capital.

### **Considerações Finais**

As contradições do “nó ontológico” racismo-patriarcado-capitalismo resultam em desigualdade social, de gênero e racial. Mesmo entrando no mercado de trabalho, as mulheres ganham menos do que os homens e desdobram sua jornada em trabalho produtivos e reprodutivos, os quais são invisibilizados pelo insulamento históricos das mulheres no espaço doméstico.

Os obstáculos para a organização do trabalho associativo entre mulheres podem ser pensados a partir de duas perspectivas: estrutural e superestrutural. O início de um empreendimento solidário e feminista esbarra primeiro de tudo nas enormes dificuldades de organização das mulheres trabalhadoras. No plano superestrutural persiste ainda a naturalização da desigualdade social baseada em diferenças sexuais, através de um discurso ideológico que afirma uma suposta predisposição feminina para as atividades de cuidado.

No plano estrutural os grupos de mulheres que conseguem vencer as primeiras barreiras sociais e psíquicas para gerar renda através de empreendimentos autogestionários esbarra com dificuldades econômicas de financiamento da produção e circulação de seus produtos num mercado dominado pela lógica competitiva que pressupõe um *homo economics* universal, racional e que atua em um ambiente sem hierarquias de poder.

Todos esses obstáculos mostraram-se presentes no território onde o projeto de extensão foi realizado. Contudo, as incertezas que permeiam a vida dessas mulheres, que se encontram acampadas com suas famílias na ocupação, dificultam ainda mais sua auto organização, principalmente por se encontrarem privadas do direito à moradia digna, o que as colocam em uma situação de extrema vulnerabilidade.

A ausência de um espaço de trabalho adequado para trabalhar e armazenar suas mercadorias e matérias-primas, sem que se degradem pela ação do tempo, bem como as dificuldades associativas que resultam do insulamento das mulheres nas atividades domésticas, foram enormes desafios enfrentados pelo projeto e pelo público-alvo.

Assim, apesar do caráter inovador da proposta da economia solidária e feminista, sem mudanças estruturais e superestruturais canalizadas como vontade

política coletiva, como projeto societário, corre-se o risco de que os empreendimentos solidários tornem-se formas de mistificação da exploração do trabalho.

## **Referências Bibliográficas**

GUISARD, L. M. **Vidas supérfluas: a invenção da pressa**. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

GRECCO, Fabiana Sanches. **Uma crítica à Economia Solidária e Feminista: a extenuante Divisão Sexual do Trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.20 n.36, p.38-50, jan./jun. 2016.

GUÉRIN, Isabelle. *Introdução Geral*. In: **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: São Paulo: Loyola, 1989.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. “**Novas configurações da divisão sexual do trabalho**”. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595 – 609, 2007.

MANCE, Euclides. **A Revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARCELINO, Paula R. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. (Tese de doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2008.

NOBRE, M. “**Introdução à economia feminista**”. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (org). *Economia Feminista*. São Paulo: SOF, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **“Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?”**. Revista Crítica Marxista, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 89-97.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Jean Adriani de. **O Trabalho Associativo em Karl Marx: Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição**. 2008. 101f. Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106619/269459.pdf?sequence=1>>.

TAVARES, Maria A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**. São Paulo: Cortez, 2004.